

Ministério propõe reajuste

BRASÍLIA — O secretário-geral do Ministério da Educação, Luiz Bandeira, reuniu-se no final da tarde de ontem com técnicos do Ministério da Fazenda para propor a adoção de um índice de reajuste para as mensalidades escolares em substituição ao Decreto 95.720, de fevereiro passado. A sugestão é retroagir aos preços cobrados em dezembro, somando a inflação dos últimos três meses e o dissídio dos professores e funcionários, acrescentando ainda uma taxa de 10% como margem de lucro para a escola.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, acrescentou às providências do Governo uma velada ameaça de "um novo congelamento, um

novo disciplinamento" para as escolas particulares.

"Sabemos que está havendo um abuso e com abuso não se pode conviver. É fundamental se corrigir exageros. Não se pode esquecer que o objetivo número um é ter nossas crianças educadas, e bem educadas; instruídas, e bem instruídas. A liberação dos preços foi para fazer com que as escolas oferecessem mais vagas e melhor ensino", afirmou Costa Couto.

Abuso— A posição do ministro Hugo Napoleão é a mesma da semana passada, ou seja, mantém a disposição de pedir a revogação do Decreto nº 95.720. Ele acha que não há outra alternativa, pois o que "está existindo é liberdade sem vigilância e muito abuso".